

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.657 - RN (2019/0190829-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE NATAL  
ADVOGADO : SUZANA CECÍLIA CÔRTEZ DE ARAÚJO E SILVA -  
RN009501B  
AGRAVADO : G CINCO PLANEJAMENTOS E EXECUÇÕES LTDA  
ADVOGADOS : FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR -  
RN009403  
GENÁRIO TORRES SILVA JÚNIOR - RN016413

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE NATAL contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, o contribuinte apresentou embargos à execução fiscal objetivando a declaração de ilegalidade do auto de infração que embasa a referida cobrança judicial, a partir do reconhecimento da não incidência de ISSQN sobre as atividades desenvolvidas em regime de incorporação imobiliária.

Após sentença que julgou extinto o feito, foi interposta apelação pelo Município de Natal, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE, ficando consignado o entendimento de que embora os embargos tenham sido extintos sem resolução do mérito pela coisa julgada - desconstituição do crédito lançado no Auto de Infração nº 501.206/00-0 - são devidos os honorários advocatícios, porquanto constatada a imprescindibilidade da apresentação da defesa na execução para a extinção da cobrança. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL PRECEDIDOS DE AÇÃO ANULATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. COISA JULGADA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS DEVIDOS. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. DESNECESSIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

2. No caso dos autos, embora os embargos tenham sido extintos sem resolução do mérito pela coisa julgada - desconstituição do crédito lançado no Auto de Infração nº 501.206/00-0 - são devidos os honorários advocatícios, porquanto constatada a imprescindibilidade da apresentação da defesa na execução para a extinção da cobrança.

3. Honorários sucumbenciais ao encargo do embargado, em face do princípio da causalidade.

# Superior Tribunal de Justiça

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o MUNICÍPIO DE NATAL interpôs recurso especial, apontando violação do art. 85, § 10, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que é indevida a condenação do Município de Natal ao pagamento de honorários sucumbenciais, os quais giram em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), tendo em vista que foi o contribuinte quem apresentou os embargos à execução fiscal extintos sem resolução de mérito.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

É irrefutável que o Tribunal de origem, ao apreciar o contexto fático e probatório dos autos para o arbitramento dos honorários sucumbenciais, consignou, à fl. 785, que "pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.", razão pela qual, afirmou que "embora os embargos tenham sido extintos sem resolução do mérito pela coisa julgada - desconstituição do crédito lançado no Auto de Infração n.º 501.206/00-0 - são devidos os honorários advocatícios, porquanto constatada a imprescindibilidade da apresentação da defesa na execução para a suspensão da cobrança.".

Dessa forma, verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca da impossibilidade de condenação sucumbencial do Município de Natal, em decorrência do princípio da causalidade, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

